

A literatura e a formação do estado em *A ferro e fogo: narrativa da imigração*

(Literature and the state formation in *A ferro e fogo*: immigration narrative)

Ivânia Campigotto Aquino¹

¹Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo (UPF)

ivania@upf.br

Abstract: This paper presents a study on the novel *A ferro e fogo*, by Josué Guimarães, and its main aim is to evaluate the vision of the state formation through the immigration and colonization process. For this purpose, the novel is delimited according to the family category, in which the vision of German ethnicity stated in the work is shown. Also, the construction of what is real in relation to the ethnicity experience in early times in Rio Grande do Sul, becomes evident due to structural aspects of the narrative. Therefore, we observed that a dialogue among fiction, history records and truths, which is asserted about German settlers, constantly happens.

Keywords: literature; history; state formation; German ethnicity.

Resumo: Este artigo apresenta um estudo do romance *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, tendo como objetivo principal analisar a visão da formação do estado pelo processo de imigração e colonização. Para tanto, delimita-se o trabalho na categoria família, por meio da qual se demonstra a visão da etnia alemã formulada na obra. Ainda, evidencia-se, pelos aspectos estruturais da narrativa, a construção do efeito de real da experiência da etnia nos primeiros tempos de vivência no RS. Assim, observa-se que ocorre, constantemente, um diálogo entre a ficção, os registros históricos e as verdades sentenciadas sobre os colonos alemães.

Palavras-chave: literatura; história; formação do estado; etnia alemã.

Contextualização inicial

A literatura nacional é marcada por romances que reproduzem imagens históricas brasileiras em seus diferentes aspectos e situações, como também reconstituem os espaços geográficos. No caso específico do Rio Grande do Sul, a relação com a história e a geografia se apresenta como um projeto contínuo da ficção, resultando em importantes produções que relatam a formação do Estado. No centro da produção literária gaúcha que assim se caracteriza estão os romances sobre imigração e colonização. Muitos deles são verdadeiras peças historiográficas a conferir heroicidade aos episódios da conquista e ocupação do território. Isso se observa em *A ferro e fogo*: tempo de solidão e *A ferro e fogo*: tempo de guerra, de Josué Guimarães, que trata da imigração alemã.

Esse romance é amplamente reconhecido pela crítica como a obra que constrói uma verdadeira saga dos alemães que iniciaram o processo de colonização das terras gaúchas. Sob essa visão, está incluído na relação dos grandes romances que narram a formação de um povo, de uma nação, de um estado. A estrutura que dá conta disso apresenta um narrador de terceira pessoa que dá uma notícia impactante sobre a etnia alemã, notícia esta que parece vir de alguém muito próximo da comunidade representada. Em seu discurso,

imita os elementos reais que foram definidores da construção da identidade dos colonos pioneiros: família, trabalho, religião, espaço e contatos.

Real e ficcional em *A ferro e fogo*

A ferro e fogo, em seus dois volumes, surge, na leitura de obras referentes à formação do Rio Grande do Sul, que resultou do processo de colonização por estrangeiros, como um verdadeiro veículo exclusivo de elementos sobre o tema. Na história imaginada por Josué Guimarães, há uma ampla totalidade, uma completude no que se refere à representação da chegada e fixação dos sujeitos históricos imigrantes. Há um tempo histórico longo através do qual as personagens constroem suas vidas, que é de 1824 até o início do movimento dos *Mucker*.

Os acontecimentos narrados ocorrem no tempo histórico em que ainda não se sabia, definitivamente, a quem pertenciam as terras que, hoje, se encontram limitadas no mapa político do Rio Grande do Sul: ao governo brasileiro, com seu recém-declarado imperador do Brasil, dom Pedro I, ou aos governantes da Banda Oriental, que apoiavam os assíduos pisoteadores, os castelhanos, que por elas lutavam com determinação.

Lembremos que as tensões nas fronteiras do Rio Grande do Sul com seus países vizinhos foram intensas até quase metade do século XIX. Os castelhanos queriam a terra para si, enquanto, politicamente, depois do Tratado de Madri (1750), era de direito do Brasil. Historicamente, as terras do atual Rio Grande do Sul aparecem como palco de disputas por mais de trezentos anos: por um tempo, Espanha, que veio para a América em 1494, e Portugal, que se fez dono do Brasil a partir de 1500, discutiram e negociaram divisões e posses da parte fronteira do que veio a ser território brasileiro até 1801, quando estava em andamento a Guerra das Laranjas, entre Portugal e Espanha, finalizada pelo Tratado de Badajoz. Foi por esse que se cumpriu o que se delineara no Tratado de Madrid, ficando, documentalente, certas as terras de Portugal por aqui.

“Certas” em parte, no caso a região dos Sete Povos das Missões, pois as fronteiras como hoje as temos seriam definidas somente mais tarde, em 1828, no final da Guerra Cisplatina (1825-1828), quando foi assinado o Tratado do Rio de Janeiro, que criou a República Oriental do Uruguai, espaço que estava sob o domínio do Brasil. Nesse contexto de disputas, castelhanos moradores da bacia do Prata insistiam na tomada das terras, contra o que lutavam os brasileiros da região, ancorados, quando se davam grandes conflitos, pelo governo central.

Nesse tempo, instalavam-se em colônias do estado sujeitos históricos que vieram de um mundo distante, onde os limites territoriais definiam os reinos a que pertenciam, os germânicos. Esses reinos tinham governo próprio, mas formavam, ao mesmo tempo, um conjunto unitário quanto à língua, à religião, ao trabalho e à cultura. Lá, conviviam com a miséria instalada entre a sociedade germânica que, ao construir o progresso, não conseguia incluir no processo de crescimento toda a população. Especialmente por essa razão, os governos impeliram parte da população a se fixar em outros locais do mundo para buscar sobreviver e fazer capital. Esse era o mundo das regiões europeias, chamadas de principados e estados, que viriam a ser a Alemanha unificada em 1871. Por aqui era o extremo sul do Brasil, ainda província de São Pedro, pertencente, legalmente, ao Brasil, mas, de fato, com suas fronteiras ainda

movediças. Esses são os sujeitos históricos representados em *A ferro e fogo* e que, na narrativa, protagonizam as ações.

Para o mundo que passa a ser construído por alemães nessa região do Brasil ainda em conflito por causa das fronteiras e com vasta terra desocupada, em virtude da falta de colonização, é que o escritor Josué Guimarães se volta, construindo no universo textual uma história de coragem, de luta sem trégua, de dor, sofrimento, progresso, guerras, em meio a estranhos lugares e gentes. Dali surge uma longa história sobre a formação do Rio Grande do Sul, com a participação do colono alemão, o qual empreendeu uma luta a ferro e fogo, vivendo em tempos de solidão e de guerra.

O romance, para retratar tudo isso, singulariza o imigrante pela etnia a que pertence. Nesse sentido, constrói as personagens como sujeitos que partiram de uma terra com problemas de exclusão, por causa das poucas condições de sobrevivência da população, com o sonho de fazer outra vida num mundo novo, trazendo os seus maiores bens por companhia: a identidade étnico-social, a família, o conceito de trabalho, a religião e a língua. Assim, o estado do Rio Grande do Sul forma-se a partir das diferenças e do embate das diferenças. E as diferenças consideradas no enredo são as que se formaram no contato entre os alemães e as populações nativas. Josué não julga a preservação da língua, da idiosincrasia e das manifestações culturais identitárias das colônias alemãs. Ele se propõe a construir um olhar, narrar e descrever, num misto de ficção e história, recriando o passado de um ponto de vista próprio. Como afirma Otávio Paz (1976, p. 69),

o romancista nem demonstra nem conta: recria um mundo. Embora o seu ofício seja o de relatar um acontecimento – e neste sentido parece-se com o historiador – não lhe interessa contar o que se passou, mas reviver um instante ou uma série de instantes, recriar um mundo. Por isso recorre aos poderes rítmicos da linguagem e às virtudes transmutadoras da imagem.

Encontramos, assim, na construção literária de Josué Guimarães, uma atribuição de sentido ao período da colonização alemã no Rio Grande do Sul que nos vem em forma de epopeia, abrangendo um tempo que vai do início do processo, 1824, até 1870 — o primeiro volume narra o acontecido entre 1824 e 1835 e o segundo, entre 1835 e 1870.

O projeto do escritor

Lucia Helena, ao analisar o narrado nos dois volumes de *A ferro e fogo*, afirma que o romance reúne o épico ao dramático na constituição de seu discurso: o épico é “o caráter guerreiro da formação a ferro e fogo na exigência de um heroísmo quase estoico na construção das personagens centrais” e o dramático é “um certo tônus de vida, paixão e morte dos sonhos de Daniel Abrahão e de *Frau* Catarina, além de um embate constante entre o *éthos* e o *daimon* no percurso dessas personagens cheias de *hybris*” (HELENA, 1997, p. 45). Dessa união vem a força do sentido que emerge do romance e se imprime na visão histórica dos acontecimentos.

O primeiro volume vem a ser o primeiro romance escrito por Josué Guimarães, que já era conhecido de muitos leitores por seus trabalhos jornalísticos e por seus contos. Atento, ele buscou na história do Rio Grande do Sul o tema para iniciar-se como romancista, dada a riqueza que percebia no passado de formação do estado, como ele mesmo disse em

depoimento registrado no livro *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor* (INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 2006, p. 16-17):

Se examinarmos a história do Rio Grande, vamos notar que é uma história de riqueza excepcional para qualquer criação literária. É uma história que atrai qualquer romancista. História de grandes amores, de grandes lutas, de grandes violências. História de uma gente que teve por missão marcar fronteiras. Isto é muito importante para a criação de um espírito nacional, brasileiro, de uma interpretação histórica, sociológica. Vivemos anos aqui, lutando para saber onde era a fronteira do Brasil – em Santa Catarina, depois o Rio da Prata. Com a Cisplatina começamos a definir essas fronteiras. E tudo isso com grandes histórias. Se bem que a “história”, ela é, no fundo, bastante artificial. Por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão “combates”. Há muitos “heroísmos” por aí, motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio.

Nesse espírito, posicionando-se criticamente em relação à história, no caso a dos colonos alemães no Rio Grande do Sul, publicou *A ferro e fogo: Tempo de solidão* em 1972; em 1975, surgiu o segundo volume, *A ferro e fogo: Tempo de Guerra*. Esses são a concretização de parte do projeto que o escritor tinha em mente para abordar o tema, que se constituía na criação de uma trilogia. O terceiro volume, que completaria o projeto, não chegou a ser escrito, apenas esboçado, pois Josué morreu no dia 23 de março de 1986, vítima de um câncer, sem concluir o texto. Segundo informações buscadas junto à sua esposa, Nydia Guimarães, o volume chamar-se-ia *A ferro e fogo – tempo de ódio-angústia* e versaria sobre o acontecimento histórico dos *Mucker*.

Mesmo assim, isto é, mesmo sem o terceiro volume de Josué, temos ficcionalizada a saga da imigração alemã segundo um olhar atravessado por informações históricas acumuladas ao longo do tempo. Partindo da oficialidade do passado que se efetivou pelos sinais (documentos) que o acontecimento deixou, do que resultou uma narrativa avalizada, que retém o que aconteceu, Josué Guimarães, pelo ato da narração, fez com que o episódio histórico da colonização alemã fosse submetido a um sistema de experiência que o desprende da realidade.

A história contada, pelos recursos utilizados – busca de fontes históricas, inclusão de figuras históricas com seus nomes e ocupações reais, citação e descrição de espaços existentes, narração das guerras verdadeiras das quais os imigrantes participaram, tudo incluso na livre imaginação do escritor, sempre autorizado pela arte literária a inventar conforme a sua visão dos fatos – fornece-nos uma dimensão da verdade, porque transporta interpretações da história e do real. E por essa dimensão nos vem uma visão ampla, abrangente, telúrica da realidade do Rio Grande do Sul num determinado período do século XIX, aquela realidade na qual os alemães foram inseridos e por eles foi marcada. Nesse sentido, além do que é próprio do processo de colonização, desde a fixação na colônia, a distribuição das terras e a formação das picadas, a demora do governo imperial para cumprir com as promessas feitas aos imigrantes, como também o não-cumprimento de muitas dessas promessas feitas quando ofertada nova terra na América, há a representação da participação dos germânicos nos eventos históricos brasileiros acontecidos no período que a narrativa abrange: a Guerra Cisplatina, a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai.

Não só as guerras são mencionadas, mas também fatos brasileiros importantes que se tornaram assunto na comunidade germânica, preocupando os estrangeiros que recém

havia se fixado no país, ou, simplesmente, causando-lhes curiosidade e apreensão sobre as consequências que poderiam atingi-los. São exemplos disso a morte da imperatriz dona Leopoldina, a abdicação de dom Pedro I, a formação da regência provisória que governou o país logo depois da abdicação, a proclamação da maioria de dom Pedro II. Acima de tudo, entretanto, *A ferro e fogo* é uma obra estética, quer dizer, não historiográfica e das referenciais na história do romance sul-rio-grandense. Estruturalmente, apresenta marcantes e bem construídas personagens, das que são expressão maior Catarina, Daniel Abrahão e Gründling; desenha um espaço que interage com essas em sua amplitude, isolamento e escassez de recursos materiais; um tempo passado, distanciado do agora do escritor, numa evolução cronológica que se datou pela inserção das personagens em importantes imagens da história do Brasil que envolveram o estado, como a Revolução Farroupilha, a Guerra Cisplatina e a Guerra do Paraguai; um narrador que se dispõe a universalizar o olhar e os sentimentos dos estranhos na terra, os imigrantes. Tudo isso se encontra num enredo bem tecido, sempre protegendo, envolvendo e elevando a ação realista das personagens imigrantes alemãs.

E, nessa estrutura, quantas cenas deixam em nudez total a própria condição humana, atraindo-nos com força máxima para o íntimo das personagens, sendo esta, ao nosso ver, uma das riquezas maiores da obra. Como não sentir com Catarina e com Gründling o que sentiram, cada um sem saber as reais razões do outro de estarem frente a frente, quando ela, resoluta em seu propósito de vingança, vai à casa dele e encontra-o saindo com sua amada Sofia no caixão? É um momento de intensa emoção, em que uma personagem se modifica no olhar da outra: Catarina já não é mais vista por Gründling como objeto capaz de arrecadar renda fácil para ele e, sim, como uma solidária da mesma etnia que teria vindo para consternar-se pelo ocorrido; ela, por sua vez, recua em seu plano de matá-lo, sabedora de que a vida já tinha feito justiça em seu lugar. A perplexidade da cena é a perplexidade deles e a nossa também, provocada pela leitura. E mais, a comoção e a angústia deles também são as que em nós podem aflorar ao lermos na cena:

– Não esperava que a senhora viesse, não sei como agradecer.

Estava magro, olhos vermelhos e inchados, encurvado. Catarina desceu, empurrou para debaixo da almofada do assento o pedaço de cano da espingarda que se deixava entrever. Caminhou até Gründling; ele sem Sofia, ela sem o seu velho ódio. Os dois em solidão. Catarina seguiu ao lado dele, sem uma palavra, olhando duro para a frente, com medo de chorar. (GUIMARÃES, 1972, p. 237)

Assim, mais do que dialogar com a história, contribuir na sua função de narrar fatos e questioná-la em suas versões, *A ferro e fogo* se faz uma história de vidas. Não de vidas passivas diante dos propósitos do mundo e dos outros, mas de vidas bem conduzidas por seus donos, vidas determinadas pela resistência e coragem, pelo espírito que não se dobra, pelo esforço contínuo e bem cobradas por tudo isso, cobranças medidas pelo sofrimento que advém das circunstâncias produzidas numa nova terra onde devem se fixar. São vidas que o romance reconhece como doadas para a formação do Rio Grande do Sul. O autor mesmo explica em entrevista ao jornal *O Globo*, em 8 de fevereiro de 1973, ao se referir ao primeiro volume: “Para contar qual foi a participação dos alemães na formação do Rio Grande do Sul, narrei suas tragédias e desgraças, seus momentos de festa e suas glórias, enfim, a própria vida desses colonos numa terra que foi por eles conquistada e que os conquistou definitivamente” (apud INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO, 2006, p. 27).

Vemos que Josué, além de representar por palavras uma etnia que faz papel de sujeito na história sul-rio-grandense, passa a apresentar uma vida possível experienciada nesse processo formativo, tanto no espaço quanto na sociedade na qual se inclui e na cultura de origem colocada em relação com a daqui. Nesse sentido, ele usa a palavra no mundo ficcional para reviver imagens do mundo histórico por meio da força da linguagem. Dessa relação surge um discurso motivado, capaz de presentificar o passado.

A visão de família

A família Schneider, formada por Daniel Abrahão Lauer Schneider, sua esposa Catarina e seus filhos Philipp, nascido ainda na Alemanha, e Carlota, Mateus, João Jorge e Jacob, nascidos na província do Rio Grande, Brasil, protagoniza a história representativa do processo de colonização do Rio Grande do Sul erguido pelos imigrantes alemães, a história de *A ferro e fogo*. Sua trajetória imita o drama da luta pela defesa da vida, pela fixação no espaço e pelo progresso econômico na nova terra. Assim, toma forma um doloroso espetáculo, que nós vemos como espectadores arrebatados pela força de um discurso capaz de diluir as fronteiras entre o real e o ficcional: o que nos chega é o “possível”.

Essa família também espelha o tipo de família com que a sociedade da província passaria a conviver a partir da imigração alemã. Ela se apresenta unida no trabalho, na religião e na educação escolar. Os filhos realizam casamentos étnicos, mas continuam ligados às atividades econômicas da família, formando um grupo com um forte apego entre os seus membros. Esse apego tem motivos sentimentais e também de sobrevivência e progresso financeiro, que acaba, por vezes, agregando várias gerações da família.

Daniel Abrahão era seleiro em Hamburgo, mas as necessidades impostas aos primeiros que chegaram à antiga Feitoria do Linho Cânhamo, passada à colônia alemã de São Leopoldo, trazidos pelo bergantim “Protetor”, em julho de 1824, exigem-lhe de imediato que se faça um persistente lenhador a abrir caminho entre as árvores, um carpinteiro a erguer sua primeira casa e uma resignada toupeira (GUIMARÃES, 1972, p. 8) a cavar a terra. É dos poucos do grupo de imigrantes que sabem ler.

Catarina é a filha mais velha de Cristiano e de Maria Isabel Klumpp, de Lüdese-Hanover. Uma mulher de força na personalidade e no enfrentamento do cotidiano e de visão mirada na construção do futuro da família e, por conseguinte, da comunidade germânica de que faz parte; é dela que emergem os maiores sentidos da narrativa, que se faz de dor, de luta, de perseverança, de trabalho. Ao espírito do marido um tanto alheio à realidade que os cerca, levando-o a sonhar com a multiplicação dos pães pelas mãos de Jesus, que depois seriam as do imperador, pão igual ao da Europa, de que ele tanto sente a falta, Catarina reage como alguém que encaminha a vida prática com os pés bem colados ao chão: “Daniel Abrahão, isso não é de gente de miolo bom; melhor será baixar a cabeça, esforçar-se com os braços, pois é disso que se tira o pão e não com sonhos” (GUIMARÃES, 1972, p. 11).

O marido reconhece quem é sua esposa e até pensa que seria o caso de uma neta receber o seu nome, Catarina, “que tinha tido o seu valor, nunca temera os bugres e nem as feras, atravessara o oceano sem uma queixa, soubera decidir as coisas na hora” (GUIMARÃES, 1972, p. 26). Daniel Abrahão pensa isso quando já estão instalados na Estância Jerebatuba, no Chuí — para onde se mudam, deixando São Leopoldo para trás

—, e ainda ignoram as razões verdadeiras de estarem na Banda oriental, estas definidas pelo compatriota Gründling, um alemão comerciante que mora em Porto Alegre e precisa de uma família para fazer o papel de depositária das armas que ele contrabandeia.

Pelo espírito destemido da mulher, que se decidiu pelo sim diante da proposta do patrício Gründling, sua família está numa estância, “terra a perder de vista, gado que começava a ser arrebanhado, teto seguro a ser melhorado, charque para todos os dias” (GUIMARÃES, 1972, p. 26). E isso é o resultado da atitude positiva de Catarina.

À terra trabalhada e às construções feitas, Catarina toma amor e, diante das ameaças todas que se iniciam com a passagem de tropas dos exércitos castelhano e brasileiro, ela não deseja deixar o que é de sua família. Na primeira chegada de inimigos, a providência de defesa de todos depende dela: “Empurrou o marido atônito para os lados do poço, ordenou ao índio que fosse deitar-se debaixo da carroça, escorraçou com gestos os escravos que começavam a aparecer, cada um que entrasse e fosse deitar novamente, apertava os lábios com o polegar e o indicador, dando a entender que ninguém falasse nada” (GUIMARÃES, 1972, p. 35). E luta como uma fera quando é arrancada pelos soldados da porta de entrada de sua casa, tentando proteger os filhos Philipp e Carlota da ira deles.

Sempre é ela quem pensa no que fazer diante de qualquer situação. Quando, por exemplo, as tropas militares estão nas cercanias da estância por ocasião do ataque de Lavalleya – Guerra Cisplatina –, o marido, já há tempos morando no poço, local determinado por ela para ele se esconder dos soldados que, continuamente, atacam o local, tanto castelhanos como brasileiros, não a ajuda a planejar uma forma de todos se defenderem. “Só ela a pensar, Catarina, que o marido já desaparecera poço abaixo e de lá gritava histérico para a mulher, a tampa, a tampa na boca do poço, que sobre a tampa botassem lenha, toda a lenha que existisse por ali. Naquele momento Catarina pediu a Deus que não permitisse que Philipp saísse ao pai, nem Mateus.” (GUIMARÃES, 1972, p. 85). Vivem um desordenamento na família, criado pela ameaça constante de sofrimento e morte, o que está provocando o fracasso do indivíduo Daniel Abrahão, tanto no meio familiar quanto na sociedade. Diante desse fracasso, fortalece-se a mulher.

Já Daniel Abrahão tende para o lado menos prático do enfrentamento do cotidiano. Além de refugiar-se nos sonhos, logo que chega à nova terra chora com frequência pela saudade que as coisas da Alemanha lhe causam: “Quando cantavam as velhas e marciais canções das Alemanha, chupando das canecas o resto da cerveja, Schneider sentia na boca o gosto ardido das lágrimas” (GUIMARÃES, 1972, p. 12). Assim, fechado em seu mundo, Daniel Abrahão é a representação de uma tendência masculina entre os alemães: o modo de ser depressivo, cabisbaixo, fechado em si mesmo. Essa imagem, que é realista e adquire ares de alegoria no romance, é potencializada, é magnificada pela permanência da personagem no poço, que vira caverna, morada subterrânea. Estando lá, fica inoperante no mundo externo. E a solidão, antes de ser um incômodo, é uma condição apreciada.

Ao poço fora empurrado pela esposa para ser protegido das tropas militares que fazem da estância um posto de passagem, tanto quando entendem a família alemã como inimiga, por causa das armas de Gründling, como quando, em guerra, disputam as terras da região fronteira do Rio Grande do Sul.

Num intervalo dos movimentos das tropas, já passados vários meses desde que Daniel Abrahão está “enterrado” no poço, Catarina ordena que ele suba. Sua aparência é a

de um bicho: unhas compridas, uma enorme cabeleira e barba chegando ao peito. Exercita o caminhar, janta com a família, vê os dois filhos, o que lhe causa grande emoção, chegando a chorar. Mas volta para a sua toca. Desde então, sai apenas por alguns momentos, preferindo fazer isso durante o dia, assegurado pela atenção do filho Philipp no alto da figueira, pronto a avisar se alguém se aproxima. Dorme sempre no buraco. Com o tempo de permanência debaixo da terra, a vida fora dali deixa de ser interessante. Ajudar Catarina no trabalho, no enfrentamento dos ataques de soldados, na criação dos filhos, nada disso é para ele preocupação.

A esposa a insistir que saia, quando não há soldados por perto, senão ficará aleijado; ele cada vez mergulhando mais profundamente em sua melancolia. Diante das negativas, resta a ela “dar de ombros; o marido era maior, sabia ler e escrever, conhecia a Bíblia e tudo o que Deus tivera a intenção de dizer aos homens” (GUIMARÃES, 1972, p. 97). Daniel Abrahão está mergulhado num processo de ensimesmar-se, existindo em si e para si, tomando a religião como o maior sentido de vida.

Esse processo tem continuidade em São Leopoldo, onde, de volta do Chuí, a família se fixa e se torna comerciante, e ele passa a exercer sua profissão de seleiro, como fazia na Alemanha. Apesar do envolvimento com o trabalho, não consegue mais morar fora de uma toca. Assim que se instalam na casa recebida, ele trata logo de cavar um poço e nele se instalar. Permanecendo quase completamente isolado da sociedade, toma a Bíblia como a única orientação para a sua vida; o restante que o cerca não lhe causa impressão. Na oficina, por exemplo, repete os gestos na fabricação dos produtos e faz o esforço exigido, mas é só o cumprimento de tarefas. Absorto, fica indiferente ao que lhe vai em redor. Dali não vem realização alguma para a sua vida. Só se sente operante e atribui sentido ao que se refere à Bíblia. Diz: “— Tudo o que acontece sobre a face da terra, debaixo dela ou nos céus, tudo está aqui neste livro” (GUIMARÃES, 1972, p. 133).

Nesse envolvimento espiritual com um mundo distanciado do concreto, vai ficando cada vez mais soturno. Até conversar com gente morta, à noite, na sua caverna, conta à Catarina que faz. Com esse comportamento, em nada ajuda a esposa a tomar conta dos negócios, apenas fabrica seus serigotes, suas carroças. Quando ela se ausenta do empório em São Leopoldo, para buscar produtos entre os colonos ou mercadorias manufaturadas em Porto Alegre, quem toma conta de tudo é o sócio da oficina, Jacobus, que, pela sua dedicação e experiência no comércio, Catarina fez seu gerente e sócio no empório que abriu no Portão. Concentrada no trabalho e nos filhos, ela conclui, a certa altura, que o marido “nunca mais ficaria bom, era a cruz que deveria carregar” (GUIMARÃES, 1972, p. 160).

Os filhos bem cedo fazem tarefas necessárias à família. Philipp, por exemplo, na Estância, ainda menino pequeno, subia nos galhos da figueira que ficava perto da casa e cuidava a aproximação de estranhos. Assim, do alto de sua gávea, via os homens que chegam com os carregamentos de Gründling; depois, os soldados castelhanos, os soldados brasileiros, sempre avisando prontamente os que ficavam lá embaixo, que logo iniciavam uma correria para se protegerem de perigos que pudessem correr. Em São Leopoldo, ainda criança, sobe numa banqueta atrás do balcão do empório para ajudar os caixeiros.

Os historiadores evidenciam que a educação era prioridade dentro das famílias imigrantes, nas quais os pais procuravam sempre um meio de fazer com que os filhos

aprendessem a ler e a escrever; se não havia escola formal, dava-se um jeito para alfabetizar, para ler a Bíblia. Em *A ferro e fogo* essa evidência é representada por meio da personagem Philipp. Na colônia há o professor João Tiefenbach, mestre-escola que viera de Sockenfeld-Holstein. Philipp já está com dez anos e ainda não havia sido alfabetizado. Sua mãe o inclui nas aulas do professor, onde ele passa pelo letramento. O menino precisa aprender a calcular e uma boa caligrafia para fazer os registros nos cadernos de escrituração mercantil. Há, portanto, objetivos bem práticos e imediatos a orientar a educação de Philipp.

Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, ou simplesmente Gründling, como o autor o torna conhecido na história, é, até boa parte da narração, um homem sem família constituída. Agente secreto da imperatriz, sua principal preocupação é ganhar mais dinheiro e divertir-se, a ponto de o lucro, o acúmulo de riquezas, a satisfação plena de seus desejos materiais e corporais serem os elementos prioritários a darem sentido à sua existência. Na sua ótica, o mundo existiria e se organizaria em função do dinheiro.

Nascido em Ohlweiller-Simmern, viria a ser um rico negociante alemão fixado em Porto Alegre. Seu progresso econômico liga-se, em grande parte, ao trabalho de muitos dos seus compatriotas recém-chegados da Alemanha, os primeiros grupos de imigrantes formados pelo major Jorge Antônio Schaeffer, com o qual mantém uma sólida amizade e faz sociedade nos negócios de contrabando da Alemanha para cá. Gründling os envolve nos contrabandos, como faz com a família Schneider, com Mayer e outros homens que ajudam no transporte das armas, como também contrata outros para atuar nos empórios.

O papel de Gründling é representativo do que a história registrou sobre a exploração que os colonos sofriam dos próprios compatriotas já instalados na província. O romance sugere que, na terra estranha, ainda sem recursos adequados para instalação e sobrevivência, à espera do recebimento dos produtos e do pagamento que o governo prometera a cada imigrante no contrato de imigração, morando em habitações precárias, ficava fácil àqueles que se encontravam nessa situação acreditar em propostas dos da mesma etnia, com as intenções que a ficção aponta por meio da personagem Gründling, pois que a passagem dos dias trazia-lhes mais dificuldades e mostrava que estavam relegados ao abandono e à violência.

Gründling fixa-se em Porto Alegre. Sendo um alemão rico, compra uma grande casa, a chamada “casa cor-de-rosa”, na rua da Igreja. Essa rua é de existência real e, na época em que acontece a história, como se mantém ainda hoje, era uma das principais ruas centrais da cidade. O alemão ajeita a residência com belos móveis e muitos objetos de decoração, quase tudo vindo do estrangeiro, trazidos por outro alemão, o major Schaeffer. Ali recebe amigos importantes, como o próprio major e autoridades da província. Serve-lhes bebidas importadas, magníficos banquetes e contrata mulheres para diversão. Com isso, mantém as amizades necessárias aos seus negócios e ao seu exercício do poder.

De uma vida de muito dinheiro e ostentação, exploração de gente de sua etnia, bebedeiras, mulheres, Gründling passa a uma vida mais regrada, com interesse centrado apenas numa mulher e com responsabilidades de pai. Isso depois que conhece Sofia, uma menina ainda, germânica, que estava frágil e abandonada em consequência de haver sido explorada por homens estranhos, depois que sua família fora destruída violentamente.

Sofia é largada na rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por um homem índio ou castelhano, com a aparência daqueles caudilhos errantes que se envolvem em guerrilha

de fazendeiro ou de posseiro, explica João Dieffenbach, que vê a menina sendo deixada no povoado. “Devia ter, no máximo, dezesseis anos. O cabelo de um amarelo leitoso, terminando em duas tranças esfiapadas, pele desmaiada, dois grandes olhos azuis espantados, seios miúdos que desapareciam sob o vestido de lã que mais parecia um trapo, um balandrau sem cor e sem tempo” (GUIMARÃES, 1972, p. 71). Tinha vindo de São Borja, local para onde sua família fora levada dos Sete Povos das Missões. Aqui está a representação do grupo de colonos germânicos enviado à região das Missões, numa tentativa do governo de também fazer a ocupação e a colonização daquele espaço da província. Isso ocorreu na mesma época do início da imigração para São Leopoldo, quando 67 pessoas germânicas foram encaminhadas para São João das Missões. Contudo, lá viveram o abandono por parte das autoridades governamentais e fizeram uma rebelião, com o que o grupo se dispersou. Foi uma experiência de colonização de um espaço que não deu certo.

Sofia era da família Spannenberger, vindo do Grão-Ducado de Hesse. O pai fora degolado por gente de guerra e a mãe desaparecera. Ela havia ficado, desde então, entregue às mãos de diversos homens, todos selvagens, que a exploraram desde bem menina. Até entre os índios vivera. Já em São Leopoldo, foi ouvida e cuidada pelo doutor Hillebrand, que contou a história a Gründling, o qual a levou para morar consigo na casa cor-de-rosa da rua da Igreja.

O solteirão encontra, então, em Sofia o amor. Casa-se com ela e tem filhos. Apesar da pouca idade e da história de vida marcada por perdas e sofrimentos, ela se impõe no relacionamento com Gründling, não ficando em momento algum submetida à forma de pensar dele. Há várias passagens da narrativa que sugerem isso: mesmo ele não aprovando, sai às ruas para passear, na companhia da escrava Mariana; decide iniciar o relacionamento homem-mulher depois de estar morando na casa há algum tempo; quando o padre está tomando os dados dela para realizar o casamento e Gründling tenta apagar a origem dela, dizendo ao padre que não importava o sobrenome de solteira e que registrasse que os pais eram desconhecidos, ela interrompe a conversa e dita todas as informações ao sacerdote; estando grávida de cinco ou seis meses, não se intimida com os dogmas da Igreja pela qual vai se casar, a católica, e conta ao padre o fato, perguntando-lhe se há algum problema quanto a isso.

Elevando essa independência moral, Sofia ainda recebe aulas de alfabetização de Felipina Grub. “Uma moça deve saber ler” (GUIMARÃES, 1972, p. 93), diz Gründling, que havia providenciado as aulas. Todo o ensinamento é em alemão, como se fez entre os colonos imigrantes por longo tempo.

E a casa cor-de-rosa, antes de um solteirão que recebia, noite após noite, mulheres-damas vindas das casinhas da ladeira de São Jorge, modifica-se com a presença ao mesmo tempo suave e forte de Sofia. Ali se constitui mais uma família germânica, de ricos, com marido, mulher e serviçais escravos. O primeiro filho de Gründling e Sofia chama-se Jorge Antônio, em homenagem ao amigo dele, Schaeffer, agente de imigração e com quem tem sociedade no trabalho de comerciante. O segundo recebe o nome de Albino, nome do pai de Gründling.

“— Sinto-me tão branca, tão sem cor” (GUIMARÃES, 1972, p. 193), diz Sofia ao marido. Eram sintomas de uma doença que não foi possível ao médico Hillebrand curar. Palidez, fraqueza, cansaço, sangue fraco, hemorragias. Até que um dia o doutor disse: “— Herr

Gründling, lamento muito, sua esposa morreu há quase meia hora” (GUIMARÃES, 1972, p. 233). É com as marcas dessa perda que Gründling vai chegar à velhice, vivendo sem mais achar graça nas mulheres que antes de Sofia o divertiam e, incluindo-se na Guerra do Paraguai, de onde retornaria e não queria mais cuidar de negócios, indo morar em São Leopoldo, deixando Porto Alegre.

Jorge Antônio Schaeffer é o recrutador dos colonos que fundaram São Leopoldo. Não há referência à sua família, embora a historiografia registre que ele tinha uma. Segundo o romance, andaria sozinho no Brasil. Gründling apresenta-o como sendo o braço direito do governo brasileiro na realização do projeto de ocupar e colonizar as terras do sul do país. Sua relação com a imperatriz era de tempos, destaca o romance: “A mando da imperatriz fundou a colônia de Frankenthal, na Bahia, e uma outra, lá mesmo, em que homenageou a senhora da casa dos Habsburgo” (GUIMARÃES, 1972, p. 13). Fora importante, também, em outras partes do mundo, como nas ilhas do Havaí, onde comandara soldados e rebeldes, e, depois, em Sitcha, nas ilhas Sandwich. Ainda, fora tenente de ordens do rei Kameaméa, cuidara de um negócio de russos e americanos. Passou a ser pago pela coroa brasileira como agente secreto da imperatriz para trazer dos Estados germânicos colonos e soldados para servirem ao Brasil.

Na história de Josué, muitas outras famílias germânicas aqui se formaram com os filhos dos pais que emigraram. Todos os casamentos se realizaram com jovens da mesma etnia, não acontecendo casamentos mistos. Na constituição dessas famílias formadas em território brasileiro também perpassa uma história de privações e sofrimentos, em razão, principalmente, da saída dos jovens maridos para as guerras. Emanuel, por exemplo, funcionário dos Schneider, deixa a esposa Juliana nos dias de nascer a filha Maria Luísa e vai para a Revolução Farroupilha na tropa de von Salisch, do lado dos rebeldes. Quando retorna, recebe a notícia de que a filha havia nascido morta. Da mesma forma, Philipp Schneider vai à Revolução Farroupilha ainda menino, com dezesseis anos. Quando volta, já é homem de barba. No intervalo entre essa guerra e a do Paraguai, para a qual também foi, forma a sua família com Augusta Krumbeek, com quem tem cinco filhos. Carlota Schneider casa-se com um rapaz da mesma etnia, Joaquim Kurtz; Jacob casa-se com Sofia Maria, filha de Pedro Martens.

Outra característica das famílias de etnia alemã representadas na narrativa, que se formaram no Rio Grande do Sul era o casamento com alguém que realizava o mesmo tipo de trabalho. No caso das personagens em destaque, o trabalho no comércio. Augusta Krumbeek é filha de comerciante e Philipp, filho da família referencial no comércio criado pelos alemães de São Leopoldo, os Schneider. O pai da esposa de Jacob comercializa peles selvagens. Também Jorge Antônio, filho do outro grande comerciante da narrativa, Gründling, casa-se com uma moça alemã, Clara Hausmann, filha de Pedro Hausmann, dono de uma farmácia em Porto Alegre.

E Gründling, que na Revolução Farroupilha fica no papel de se acertar com os do governo e manter seu negócio comercial, na Guerra do Paraguai é um combatente, o Major Cronhardt Gründling, do Serviço de Intendência, membro dos Voluntários da Pátria. Deixa os filhos João Jorge e Albino em Porto Alegre. João Jorge já tinha mulher e filhos; Albino é homossexual e acaba morto por Augusto, de quem muito gosta, algo trágico, que se completaria com o suicídio de Augusto na própria casa de Albino.

Os Voluntários da Pátria, grupo no qual Josué inclui várias de suas personagens masculinas, dentre as quais está uma das principais, Gründling, foram batalhões criados por decreto do presidente da província, conforme explica Klaus Becker no livro *Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai* (1968, p. 44):

Aos 16 de maio de 1865, o Presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de um batalhão de voluntários nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo, incumbindo o Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva de organizá-lo dentro de três meses. O artigo 3º do respectivo decreto mencionava expressamente que também os estrangeiros poderiam alistar-se. [...]. Para o alistamento de voluntários alemães, o Marechal designou desde logo o ex-Brummer Carl Ferdinand Schneider e, pouco depois, também o cidadão Peter Weber, ambos residentes em Porto Alegre. Aceitavam-se voluntários de 18 até 50 anos de idade, e de qualquer nacionalidade.

Com todos os que se alistaram, formou-se, já nos campos de batalha, uma brigada de infantaria, comandada pelo coronel João Manoel Menna Barreto. Foi o grupo mais importante formado no estado para defender os interesses do Brasil junto aos aliados Argentina e Uruguai. A atuação dos Voluntários na Guerra ainda hoje é lembrada no centro de Porto Alegre, no nome de uma importante rua, a Voluntários da Pátria.

Gründling retorna da Guerra do Paraguai já com setenta anos. Seu filho fica tomando conta dos negócios em Porto Alegre e ele resolve morar em São Leopoldo, terra que julga ser dele também.

Há em *A ferro e fogo* uma trajetória possível completa das famílias imigrantes, tanto das que já chegaram à província formadas, quanto das que aqui se criaram. Há nascimentos, crescimentos, envelhecimentos e mortes. Há a educação formal dos filhos e a sua entrada para o mundo do trabalho, o mundo construído pelos pais. Há a preservação da língua alemã e a dificuldade de aprender a língua portuguesa e de se comunicar com os brasileiros. Há a vivência das religiões protestante e católica. Enfim, há todo um processo narrado, desde o interior de cada família e desta com as demais famílias da mesma etnia.

Considerações finais

A ferro e fogo é o único romance da história da literatura sul-rio-grandense que se volta para o tema da imigração alemã de forma a representar o maior número de aspectos que envolveram, segundo diferentes perspectivas – social, política, econômica –, os colonos nas primeiras décadas do processo imigratório. Assim, só ele fixa a saga dos alemães no sul do Brasil, história que se demorou a realizar: somente quando se comemorava o sesquicentenário da imigração alemã é que ela apareceu na literatura. Jean Roche, em 1969, no livro *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, já reclamava a inexistência de uma história dessa amplitude em romance. Josué, então, vem a preencher uma lacuna na grande narrativa ficcional que vinha se tecendo sobre os alemães no estado.

Também, depois de Josué, nenhum outro escritor se dedicou ao mesmo tema criando uma narrativa ficcional totalizante como encontramos em *A ferro e fogo*. Os olhares das narrativas focalizam episódios determinados, como os *Mucker*; aspectos específicos, como o modo de viver baseado nos costumes germânicos, conflitos interiores, o fracasso na colônia, todas representações também importantes, que cumprem outros papéis no

imaginário do leitor, diferentes do que cumpre uma história sobre o início da colonização. Portanto, não temos outra epopeia dos primeiros protagonistas do processo imigratório idealizado pelo governo imperial brasileiro para colonizar de uma vez por todas o Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert, 1968.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

_____. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HELENA, Lucia. Josué Guimarães, o resgate da solidão. In: REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: Ed. Universidade/Ufrgs/Edipucrs, 1997. p. 38-51.

INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 2006. (Coleção Autores gaúchos).

PAZ, Otávio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.